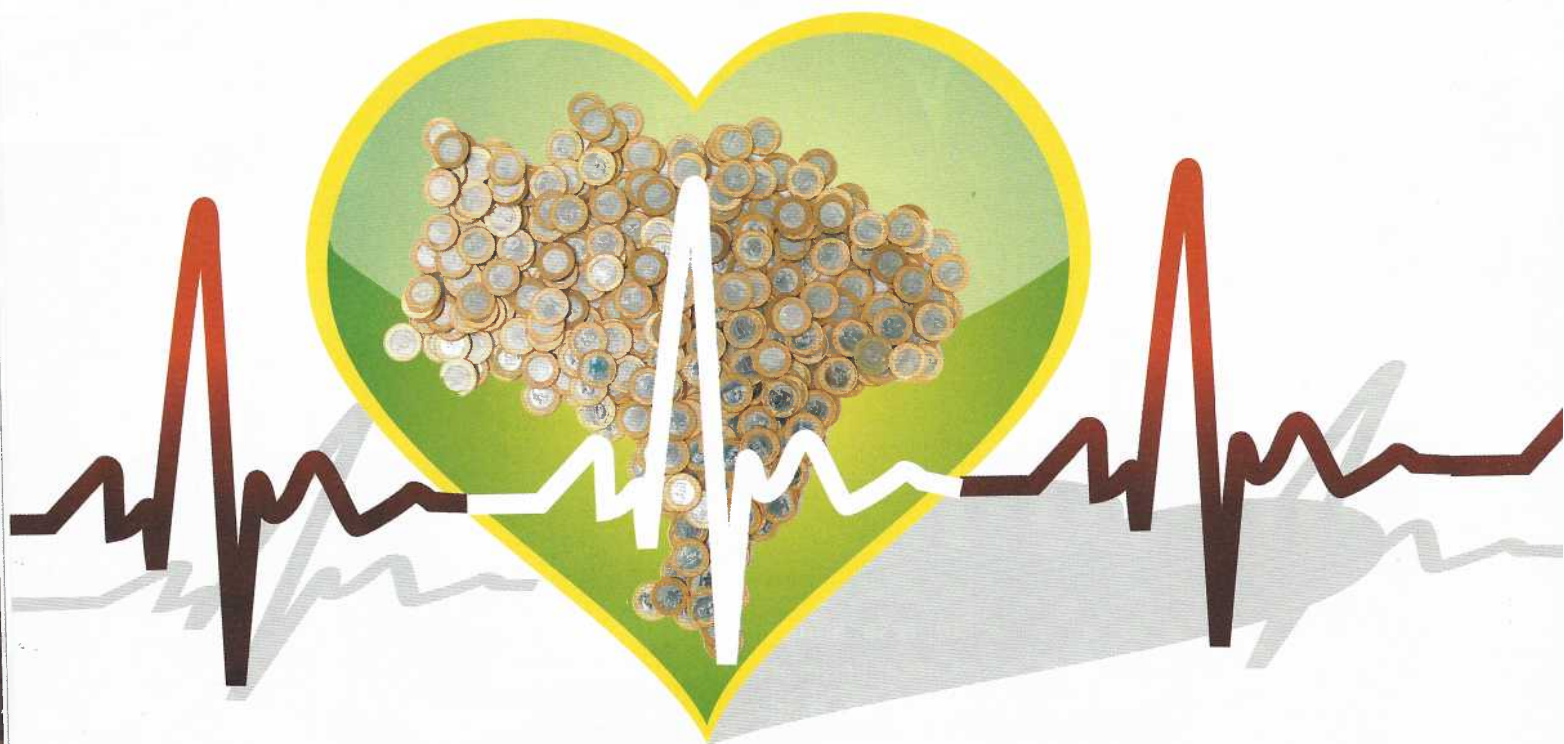


Diagnóstico da economia brasileira para 2016



O ano de 2015 para muitos setores da economia poderia não ter acontecido, em um período repleto de incertezas e notícias negativas, o comércio exterior brasileiro foi diretamente atingido. Se fizermos uma analogia entre o Brasil e um paciente doente, o país está sendo tratado por médicos que não sabem determinar um diagnóstico, que inicialmente negaram os sintomas e depois de muitas tentativas não encontraram um tratamento assertivo.

E os sintomas se agravaram: PIB em queda, real desvalorizado, inflação descontrolada, juros altos, falta de crédito, instabilidade política, briga de poderes, programas do governo estacionados, política externa fraca, infraestrutura precária e a escalada do desemprego colocaram o país na UTI.

Mas acreditando que, para toda dor existe um remédio, mesmo que muitas vezes amargo, convidamos alguns especialistas e personalidades para fazerem seu check-up da economia brasileira, apresentando seu diagnóstico e sugerindo o tratamento que ajudará o Brasil a superar este estado quase vegetativo indicado por alguns.

Entrevistados



José Geraldo Vantine

Consultor em logística e Supply Chain. Fundador e presidente da Vantine Consulting, autor do livro “Nos Caminhos da Logística”



José Nunes Filho

Diretor Titular Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP Campinas



Guilherme Mello

Economista com doutorado pela Unicamp, pesquisador do Cecon-IE/Unicamp - Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica e professor na FACAMP



Alexandre Espírito Santo

Economista da Órama e professor de Finanças do Ibmecc/RJ

Qual o diagnóstico atual da economia brasileira?

Vantine: Inflação, mas que o dobro do previsto, alta retração do consumo interno, desemprego batendo na casa de 2 milhões só na casa de 2015, temperado por profunda crise política e moral. O país está sem rumo e sem comando.

Nunes: Muito ruim, a má gestão da economia nos últimos anos associada ao represamento de tarifas controladas, a falta de investimentos em infraestrutura, a corrupção generalizada e a elevação da dívida pública em 2014 para garantir a reeleição da atual Presidente da República conduziram o país a um beco sem saída.

Mello: A economia brasileira encontra-se atualmente em um ciclo recessivo, aprofundado em grande medida pela estratégia “austericida” adotada pelo governo a partir do início do ano. Os problemas fiscais e de atividade já visíveis em 2014, e que apontavam para um esgotamento da estratégia de apoio a indústria construída ao longo do primeiro governo Dilma, foi substituída por uma estratégia de ajustamento recessivo que apenas aprofundou os principais problemas nacionais, além de drenar apoio político da presidenta, uma vez que ela está realizando a agenda prometida pelos seus adversários.

Espírito Santo: A situação é crítica, pois estamos com um grave problema político, que potencializa a crise na economia. Poucas vezes eu assisti, em nossa história, um quadro como o atual, de consequências tão danosas. O PIB de 2015 será negativo em quase 4% e, em 2016, a situação não deverá ser muito melhor, pois estimo crescimento negativo em 2%. Situação semelhante (dois anos consecutivos de retração no PIB) somente na década de 1930. A inflação já ultrapassou a casa dos 10%, sem possibilidade concreta de voltar para a meta no curto prazo. O desemprego está em alta e deve atingir também a marca dos dois dígitos. Com as incertezas atuais, os empresários estão refratários em investirem na produção, e, sem investimentos, não mudaremos o cenário. O investimento cai há vários semestres consecutivos, como mostra o IBGE. Agora, com toda essa incerteza, e com as taxas de juros nos patamares em que se encontram (para combater a inflação), é compreensível que os empresários prefiram aplicar seus recursos no mercado financeiro. Esse efeito, em economia, chama-se crowding-out, quando o governo, por indisciplina fiscal, precisa de elevado financiamento, o que empurra para cima as taxas de juros e desloca investimentos produtivos para especulativos.

“Poucas vezes eu assisti, em nossa história, um quadro como o atual, de consequências tão danosas”, Espírito Santo



Como o cenário atual irá afetar o comércio exterior brasileiro nos próximos anos?

Vantine: Para o mercado internacional, e com o dólar em patamar elevado, certamente as empresas exportadoras estão com o sorriso aberto. O problema brasileiro é que está muito dependente da produção agropecuária para o mercado internacional.

Nunes: Não temos acordos de livre comércio com outros países, temos acordos ideológicos, estamos amordaçados pelo Mercosul e pelo bolivarianismo, enquanto os países da Aliança do Pacífico, Chile, Peru, México e Colômbia abriram suas fronteiras e estão estabelecendo acordos comerciais com pragmatismo e estão em franco desenvolvimento. Nosso problema é mais político e ideológico que econômico.

Mello: O comércio exterior deverá passar por uma mudança importante, devido à desvalorização cambial de quase 80% no câmbio real efetivo verificado nos últimos anos. Esta desvalorização, aliada a mudança na conjuntura econômica externa e as mudanças nas estratégias comerciais brasileiras, poderia abrir enormes possibilidades e uma nova inserção de produtos e empresas brasileiras no exterior. Para isso, no entanto, é preciso superar os desafios e incertezas de curto prazo e manter o câmbio real minimamente estabilizado, garantindo uma perspectiva confiável para o exportador nacional.

Espírito Santo: Irá não, já está afetando. E não é somente por causa do câmbio, como muitos advogam. A taxa de câmbio é uma variável fundamental, mas existem muitas outras questões, pois a competitividade das empresas que comercializam com o resto do mundo não depende somente de preços relativos. Nosso custo para produzir é elevado e, enquanto não atuarmos seriamente para reduzi-los, as políticas de comércio serão apenas mitigatórias ou compensatórias, como taxação para importados ou subsídios. São necessárias as reformas tributária, trabalhista, da previdência e reduzir a burocracia. Precisamos, igual-

mente, melhorar a logística associada ao comércio. Os portos e aeroportos precisam de melhorias, que envolvem investimentos maciços. Ademais, é preciso rever a questão do foco no Mercosul, que foi a tônica dos últimos governos. Se não considerarmos fechar acordos bilaterais, negociar com economias mais prósperas, como, aliás, vêm fazendo alguns países do Pacífico, não vislumbro melhora consistente para nosso comércio exterior.

Você acredita que o Ministério da Fazenda vem errando em seu plano de recuperação da economia brasileira? Aponte seus principais erros e se possível também os acertos.

Vantine: É impossível esta avaliação uma vez que o ministro enfrenta sérias restrições de ordem política envolvendo o congresso nacional, o meio empresarial e o setor bancário. É um jogo de xadrez com jogadores de truco.

Nunes: O principal erro é tentar passar a conta dos erros e desacertos cometidos pelo governo para a sociedade brasileira, aumentando e criando novos impostos ao invés de reduzir custos, gerir melhor o dinheiro dos contribuintes, diminuir o loteamento de cargos, o aparelhamento da máquina pública, o número de ministérios e a corrupção.

Mello: O principal erro foi a aposta em realizar um duro ajuste fiscal, superior a 2% do PIB, acreditando que isso recuperaria a confiança do empresário privado. Na realidade, em uma economia que já vinha desacelerando, o corte de gastos (e particularmente de investimentos) públicos reduz as perspectivas de demanda e rentabilidade do empresário, fazendo com que ele se retraia ainda mais. O segundo grande erro foi ter realizado um choque de preços de uma só vez, particularmente os de energia elétrica e combustíveis. Esses preços realmente necessitavam ser reajustados, mas fazê-lo de uma vez só aumentou desastrosamente a inflação, o que levou o Banco Central

(equivocadamente) a aumentar os juros, piorando as contas públicas, uma vez que os gastos com juros esse ano devem somar 9% do PIB, tornando qualquer ajuste fiscal ineficaz. A combinação de retirada da única fonte ainda existente de demanda autônoma da economia (o investimento público) com mudança radical nos preços relativos (com sua consequência inflacionária), deteriorou a confiança e as expectativas privadas e nos trouxe ao atual ciclo recessivo, que reduz as receitas públicas e impede até a obtenção de superávits primários. O principal acerto foi a desvalorização cambial, mas que também ocorreu de forma pouco controlada e impactou a inflação. Precisamos agora estabilizar o câmbio no patamar atual para dar previsibilidade para os produtores nacionais e melhorar ainda mais nosso setor externo.

Espírito Santo: A política econômica da presidente Dilma, no primeiro mandato, foi centrada em aumento de gastos, concessão de empréstimos e incentivos (via BNDES, principalmente) a determinados setores e empresas, o que alguns analistas chamam de “política das campeãs”. O problema é que tal política desequilibrou estruturalmente o orçamento do governo, que passou a apresentar superávits primários cadentes. Como a eleição de 2014 antecipava-se acirrada, os gastos foram intensificados através de ações pouco recomendáveis, como as famosas pedaladas (questionadas pelo TCU), que deixaram um gasto de, aproximadamente, R\$ 50 bilhões para 2015. Assim, o principal problema do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, era acertar o lado fiscal, que estava desajustado e comprometia a retomada. Esse diagnóstico está correto e algumas decisões foram nessa linha, de promover um forte ajuste nas contas públicas. Mas, infelizmente, a redução das receitas, pela queda na atividade econômica, fez um estrago gigante e, de um superávit primário prometido de R\$ 67 bilhões, vamos entregar um déficit de mais de R\$ 100 bi (considerando o valor das pedaladas). Portanto, o necessário seriam cortes profundos em gastos, especialmente em pessoal e na máquina estatal. Mas, infelizmente, a tesoura não me parece tão afiada e, mais uma vez, vamos penalizar a sociedade com aumento de impostos, incluindo o provável retorno da CPMF.

Com a indústria em desaceleração, diversos setores da economia acabaram prejudicados, atingindo diretamente o PIB nacional e entre outros fatores, contribuindo para uma revisão do grau de investimento do Brasil e de suas empresas pelas agências de classificação de risco. Como estes fatos prejudicam a economia nacional a curto e longo prazo?

Vantine: A questão do grau de investimento é um componente exclusivamente de risco para capital volátil. Um país pujante, rico só oferece oportunidades para o investimento produtivo e esse só de médio e longo prazo. Não existe curto prazo para investimento produtivo.

Nunes: Quando um país perde o grau de investimento, o seu spread de crédito aumenta, diminuindo a competitividade internacional das suas empresas.

Mello: A perda do grau de investimento reduz e encarece o crédito para empresas e governos no Brasil. O impacto se dá, portanto, através do custo de captação de recursos internacionais. Além disso, ele teve algum impacto na taxa de câmbio, desvalorizando-a mais rapidamente do que o esperado.

Espírito Santo: Com o quadro fiscal crítico que apresentamos é praticamente impossível sustentarmos o grau de investimento. A relação dívida bruta sobre PIB está em 65% e crescendo, o que é um número muito ruim e não referenda o selo de bom pagador. Já perdemos a chancela da S&P e, provavelmente, perderemos da Moody's, em breve. Essa situação é muito ruim não somente para o país, mas para muitas empresas brasileiras, pois o custo de captação de novos recursos se elevará de forma significativa. Adicione-se a isso o eminente aumento dos juros americanos. No curto prazo, o impacto é sentido imediatamente sobre o custo de capital das empresas e pela fuga de investidores estrangeiros. No longo prazo, é ruim para o país como um todo, uma vez que desloca investimentos estrangeiros diretos que potencialmente viriam para cá para outros lugares. O pior é que, em minha visão, só voltaremos a ostentar grau de investimento na virada da década (isso se fizermos o dever de casa direitinho).

“O principal erro é tentar passar a conta dos erros e desacertos cometidos pelo governo para a sociedade brasileira”, Nunes

Diversos economistas acreditam que 2016 será um ano ainda pior que 2015, porém afirmam que o Brasil deve voltar a dar sinais de recuperação antes da virada para 2017. Você também compartilha desta crença?

Vantine: Economistas trabalham com modelos matemáticos e, normalmente, os que fornecem opiniões são áqueles ligados aos bancos e as grandes consultorias de economia. Raramente vejo economista empresário opinar sobre este tema. O fato é que a macroeconomia segue modelo probabilístico similar à previsão do tempo e da bolsa de valores. Tudo pode mudar para o bem ou para o mal, em menor tempo do que se pensa.

Nunes: A economia vive de expectativas, enquanto esse governo permanecer elas seguem ruins, pois já não há mais liderança, os três poderes estão se digladiando, não existe mais consenso para nada, as denúncias de corrupção já atingiram o centro do poder e o país está desgovernado. O setor produtivo, embora altamente prejudicado, tenta se descolar do governo, que passa a ser apenas mais um custo, e o seu maior custo, e seguir seu caminho, embora tenha perdido toda competitividade.

Mello: Caso não exista uma mudança de estratégia, abandonando-se o ajuste recessivo e voltando a se implementar medidas de retomada do crescimento e dos investimentos, 2016 tem tudo para ser um ano tão ruim quanto 2015, com o agravante de já partir de uma situação bastante deteriorada. No entanto, ainda há tempo para o governo se recuperar politicamente, superando o debate do impeachment, e anunciar para a sociedade uma nova estratégia que permita a recuperação econômica ainda em meados do ano que vem.

Espírito Santo: Como disse, o quadro é crítico. Lembremo-nos, também, que as grandes empreiteiras do país estão sendo investigadas e não devem voltar a ter forte atuação no curto prazo, o que dificulta ainda mais a retomada. A meu juízo é praticamente impossível uma virada em 2016, pois a economia é influenciada por expectativas. E as expectativas, hoje em dia, não são nada alvissareiras. Estamos num círculo vicioso: Com desemprego elevado e inflação em alta, a confiança do consumidor vai caindo gradativamente, tornando-o mais seletivo em seu consumo. Isso já foi captado pelo IBGE. Com consumo reduzido,

as empresas vendem menos e o investimento desaba, o que acaba levando a mais desemprego. Como interromper essa espiral perversa? Só com credibilidade e confiança de volta. Mas, para isso ocorrer, é preciso disciplina fiscal, que, inclusive, ajudaria ao Banco Central na sua hercúlea tarefa de trazer a inflação para a meta novamente. Creio que a situação pode melhorar um pouco em 2017. Todavia, vinculo essa possível melhora somente se se dissiparem essas nuvens carregadas que estacionaram sobre os gabinetes de Brasília. Aí sim, existirá alguma chance de revertermos esse torpor generalizado que tomou conta do empresariado nacional.

Há quem defenda que vivemos uma crise mais política do que econômica, como a falta de credibilidade pode afetar o futuro do Brasil?

Vantine: É incorreto afirmar que vivemos uma crise mais política que econômica. O fato é que a política passa pela maior crise de todos os tempos porque "o tiro saiu pela culatra" para o ditador Lula da Silva.

Nunes: Já está afetando, somos tratados de forma jocosa pelos países desenvolvidos, perdemos a credibilidade e corremos o risco de receber o mesmo tratamento das republiquetas bolivarianas da América Latina, isso pode afetar novos investimentos e negócios internacionais. Por outro lado, o afastamento do atual governo pode gerar expectativas positivas e reativar a economia em pouco tempo, desde que as medidas necessárias de reforma do estado brasileiro sejam implementadas, sem demagogia, fisiologismo ou populismo.

Mello: Ela retira a possibilidade do empresário e do investidor privado de planejar e executar investimentos, fazendo com que todos os agentes econômicos procurem aumentar a poupança. Quando um agente o faz, tudo bem. Quando todos fazem ao mesmo tempo, ninguém compra de ninguém e, como consequência, ninguém consegue poupar mais. A crise se instala.

Espírito Santo: Há uma crise econômica! Não vamos tapar o sol com a peneira! Essa história de que a economia brasileira está sendo afetada pela crise externa não me parece correta. A economia global vai crescer 3% em 2015, enquanto nós vamos retroceder quase 4%. Agora, é certo que a situação política está piorando o quadro na economia. Próceres da nossa

política estão sendo acusados de malfeitos e isso paralisa o Congresso, que tem uma tarefa fundamental: Votar o ajuste fiscal. O que temo é o quadro de radicalismo e desesperança que acometeu a sociedade. O país vive uma espécie de Fla x Flu desde a campanha de 2014, com ambos os lados mais torcendo por suas convicções ideológicas do que agindo de forma racional. As pesquisas indicam que a corrupção virou o principal problema para mais da metade dos brasileiros. É necessário sinalizar para a juventude do nosso país que vale a pena ser sério, que roubar leva à prisão, mesmo os poderosos. É preciso uma mudança cultural (e instituições fortes) para consolidarmos a democracia e resgatarmos a credibilidade, que está no ralo. Nesse sentido, a operação Lava-Jato me parece desempenhar um papel fundamental.

Diversas alianças comerciais surgiram entre as principais economias mundiais, como, por exemplo, a recém-criada Aliança do Pacífico, impulsionando o comércio exterior e parcerias internacionais entre os países participantes. Como o Brasil pode aproveitar este cenário?

Vantine: As principais alianças se tornaram mais intensas a partir da primeira década de 90 (século XX). Nesse período o Brasil estabilizou sua moeda, mas a geopolítica da América do Sul foi fortemente influenciada pelo Bolívarianismo, e o Brasil embarcou nessa. Focou no Mercosul, ignorou Alianças bilaterais que depois já vinham sendo criadas pelo Chile, Peru e Colômbia, e finalmente, virou as costas para Aliança do Pacífico. Erro grave que pode comprometer a próxima geração.

Nunes: Implementando uma política de comércio exterior pragmática, de resultados, sem ranços ideológicos e populistas, realizando novos acordos comerciais e integrando-se economicamente ao mundo globalizado.

Mello: O Brasil deve avançar na sua relação com outros blocos comerciais, mas nunca abrindo mão de sua soberania e de sua indústria, como querem nos impor os EUA e Europa. O ideal seria a realização de acordos que, ao mesmo tempo que preveja abertura dos mercados, coloque como condicionalidade a entrada de investimento e a implantação de setores industriais que modernizem a estrutura produtiva nacional. No atual cenário, esse tipo de acordo é muito

mais possível com os BRICs do que com os parceiros tradicionais.

Espírito Santo: Como mencionei anteriormente, o foco do comércio brasileiro, nos últimos dez anos, foi o Mercosul. Afastamos outros parceiros, pois o Mercosul não é um bloco econômico na definição exata, e sim uma união aduaneira. Inicialmente, na década de 1990, tal arcabouço fazia sentido, agora não mais. O governo brasileiro rejeitou a ALCA e deu de ombros para o movimento internacional pós-crise de 2008, de acordos bilaterais. Nossa diplomacia ficou sem estratégia definida em termos de comércio. Os países da Aliança do Pacífico souberam aproveitar essa oportunidade e atuaram de maneira sensata, pois, em minha opinião, investir no comércio internacional era a melhor forma de se sair mais rapidamente da crise de 2008.

Você acredita em uma nova política externa do Mercosul com a eleição do novo presidente argentino, Mauricio Macri? Como o Brasil pode reagir a esta mudança em favor da política nacional?

Vantine: Sempre defendi a corrente política socialista de centro direita, e vejo com satisfação neste final de ano a derrota da esquerda bolivariana na Argentina e na Venezuela, e dependendo da deposição da atual presidente do Brasil, certamente o Mercosul tomará outro rumo em direção as Alianças com a comunidade Europeia e até mesmo com Aliança do Pacífico.

Nunes: Se não reagir, e logo, deixará todo o protagonismo para a Argentina e o presidente Mauricio Macri, que é um empresário, tem um pensamento liberal, moderno e antenado com o atual cenário econômico mundial.

Mello: Acredito em uma melhoria do próprio Mercosul, uma vez que Macri é menos protecionista que o governo anterior. A melhoria da relação do Mercosul com outros blocos, no entanto, ainda depende muito da postura do Brasil.

Espírito Santo: No dia seguinte à eleição de Macri, um aluno brincou: Perdemos de 7 a 1 da Alemanha e, agora, vamos tomar outra goleada, da Argentina. Brincadeiras à parte, a vitória de Macri pode significar uma mudança profunda na economia da região, tão influenciada por políticas populistas nessa última década e meia. É preciso aguardar uns poucos me-

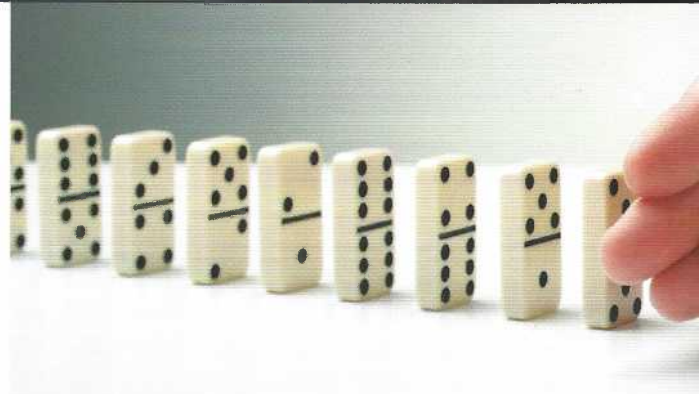
ses, mas as indicações iniciais são de que Macri será mais liberal na economia e questionará alguns pontos importantes relacionados ao Mercosul, como a participação da Venezuela no bloco. Considero sua eleição importante e pode ser entendida como uma sinalização de que políticas insensatas na economia estão sendo efetivamente questionadas pela população. Mas é preciso ver como o governo brasileiro vai responder a essas eventuais mudanças. Sou um pouco cético em relação a isso.

O governo havia divulgado um plano de incentivo a infraestrutura logística, porém com os ajustes fiscais parte deste plano pode não sair do papel, há como o setor privado contornar o déficit logístico brasileiro sem contar com a ajuda do governo?

Vantine: O chamado PIL - Plano de Investimento em Logística, é o maior engodo desse governo, não só porque não cumpre, mas porque os projetos são desestruturados e pessimamente gerenciados. Veja o caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste que já consumiu R\$ 3 bi e está paralisada, assim como a Ferrovia Norte-Sul que somente após um ano e meio no trecho de quase 900 km entre Anápolis (GO) e Porto Nacional (TO) embarcou a primeira composição com sessenta vagões de soja.

Nunes: O governo devia se ater às áreas de educação, saúde e segurança, não tem capacidade para gerir infraestrutura, deve privatizar, a iniciativa privada é mais eficiente e produtiva e sem dúvida essa é a única saída para atender as necessidades de desenvolvimento do país, vejam o exemplo do Aeroporto de Viracopos e das rodovias concessionadas.

Mello: Não. O setor privado precisa de infraestrutura, mas não está disposto nem tem condições financeiras de arcar com ela. Aqui, o papel do Estado é fundamental, financiando, planejando e fiscalizando a construção desses projetos. Por este motivo, um dos grandes motores possíveis de retomada do crescimento econômico é exatamente a retomada dos investimentos públicos em parceria com o setor privado, mas que só será possível caso se aceite superar



a lógica do austericídio fiscal atual.

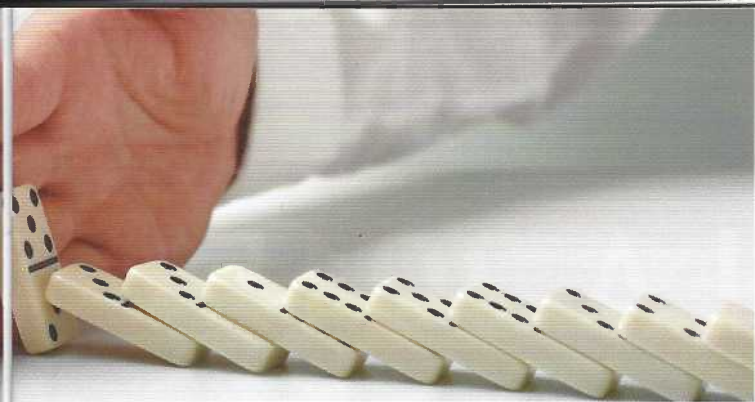
Espírito Santo: Cazuza cantou, ainda na década de 1980: “Ideologia, eu quero uma para viver”! Em minha visão, está na hora de deixarmos um pouco de lado as ideologias para agirmos de maneira mais pragmática. Precisamos melhorar, rapidamente, a infraestrutura do país. E essa melhora deverá ser liderada pela iniciativa privada. O problema é que os governos recentes não gostam da palavra privatização; preferem chamar de parceria público-privada. Uma ideologia tola! O PIB potencial só fez cair nos últimos anos. A pergunta que se impõe é: como atrair o empresário a investir em projetos gigantescos, de grande complexidade e riscos elevados? Nos últimos anos, por exemplo, o governo limitou rentabilidade de projetos, mexeu em regulação de alguns setores e a burocracia sempre cria entraves. Isso afugentou a iniciativa privada. Para o setor privado voltar precisamos afastar as incertezas jurisdicionais. Mais regras perenes e sensatas do que incentivos governamentais. Agora, com a taxa de câmbio mais favorável, a entrada de players estrangeiros é uma realidade, como, aliás, os chineses fizeram, recentemente.

Você vê oportunidades ainda não exploradas no atual cenário para o mercado de comércio exterior?

Vantine: Historicamente o Brasil nunca vendeu, excetuando os graneis clássicos, e as grandes empresas, o Brasil sempre foi comprado. Em muitos segmentos na verdade o Brasil exporta mão de obra, matéria prima e energia, e grande parte da comercialização é feita com INCOTERM FOB.

Nunes: Sem dúvidas, o Brasil hoje só participa, competitivamente do mercado de commodities e produtos do agronegócio. Temos que adotar políticas que aumentem a produtividade do setor industrial, investir em inovação e tecnologia, em infraestrutura logística, em especialização de mão de obra, diminuir

“Em minha visão, está na hora de deixarmos um pouco de lado as ideologias para agirmos de maneira mais pragmática. Precisamos melhorar, rapidamente, a infraestrutura do país”, Espírito Santo



a burocracia, o custo do emprego formal, dos impostos e das taxas de juros.

Mello: Sim, particularmente com os países do Mercosul e com o bloco asiático, que poderia tanto demandar mais produtos manufaturados brasileiros, quanto se tornar parceiro na implementação de projetos conjuntos no país.

Espírito Santo: Sem dúvidas há boas oportunidades. Temos empresas extraordinárias, competitivas e eficientes, mesmo em setores de ponta. Veja o caso da Embraer; um sucesso absoluto. O que quero dizer é que o Brasil não é somente commodities, apesar de entender que sempre seremos importantes no agrogócio. Mas as oportunidades que despontam, em minha visão, são na área do entretenimento, turismo ecológico e tecnologias agrícolas avançadas. Quer um exemplo? A biotecnologia (vide a questão das sementes híbridas) melhora a competitividade agrícola e favorece o setor exportador. O problema é que o governo focou no pré-sal e na indústria que gravita ao seu redor, exigindo o conteúdo nacional. Olha no que deu...

Há remédio para que o Brasil volte a crescer, retomando a promessa de ser uma potência mundial?

Vantine: Não sei de quem é essa promessa, mas o Brasil só será potência mundial na produção de alimentos, especialmente soja, milho e carne. Aí sim o Brasil se configura como um dos seleiros do mundo porque é um setor de alta qualificação profissional e de investimentos maciços dos empresários do agrogócio. Certamente o Brasil voltara a crescer, pois crises são cíclicas como recentemente aconteceu com os Estados Unidos, Espanha e até mesmo o Japão.

Nunes: Sim, mas para isso é necessário um governo forte, que tenha apoio popular, e promova as reformas estruturais do estado brasileiro, como as reformas política, administrativa, tributária, trabalhista, sindical. É preciso que o dinheiro público deixe de ser público e passe a ser tratado como dinheiro do contribuinte e para ele retorne na forma de emprego, saúde, educação, segurança e oportunidades. O

brasileiro não precisa de esmolas miseráveis nem de demagogia irresponsável e governantes corruptos e populistas, precisa de oportunidades e horizontes claros, o brasileiro precisa de um futuro para se tornar o país do presente.

Mello: A retomada brasileira depende da superação imediata da crise política, afastando a possibilidade de golpe que apenas traria maior instabilidade econômica para o país. Além disso, depende de uma mudança na estratégia do governo, que deve comunicar abertamente e de forma transparente que o ajuste se completou, colocando-se os preços relativos (câmbio, gasolina e energia elétrica) no lugar e recuperando o setor externo. Com base nisso, deve-se anunciar uma estratégia de saída da crise, que coadune queda da inflação com queda posterior dos juros, retomada dos investimentos públicos (através da utilização de parte do excesso de reservas cambiais para este fim) e manutenção do atual patamar do câmbio real.

Espírito Santo: Claro! Mas só ocorrerá se fizermos o dever de casa como poucas vezes fizemos. Esse é o desafio que se impõe à nossa sociedade. Isso tem a ver, como enfatizei, com a questão fiscal, com um Estado mais enxuto e eficiente. Precisamos adequar o tamanho do governo as nossas necessidades, porém dentro da lei de responsabilidade fiscal. Não dá para gastarmos, com folha de pessoal, quase nove vezes o que se gasta com o Bolsa Família. Precisamos de reformas, sem reformas não vai! Não dá, por exemplo, para gastar quase 10% do PIB com previdência. E, se uma reforma séria não for feita em breve, com idade mínima para aposentadoria, veremos esse quadro insustentável daqui a dez ou quinze anos. Temos todos os requisitos para sermos uma potência global. Ainda temos uma população relativamente jovem, recursos naturais e humanos. A economia brasileira é pujante, responde rápido às crises, mas não há milagres. É preciso determinação política e perseverar (do a quem doer) nessa faxina ética, que está em curso. Nesse sentido, sou otimista!

As entrevistas e outras que foram feitas com o tema Diagnóstico da economia brasileira para 2016, poderão ser lidas no portal Cargo News durante o mês de janeiro de 2016.

Acesse www.cargonews.com.br

